

AMBIENTE

Fenômenos climáticos e ação do homem colaboram para seca no RS

Chegou a 245 o número de municípios gaúchos que decretaram situação de emergência devido à estiagem dos últimos meses no Estado. Segundo a Defesa Civil, mais de 1 milhão de pessoas foram afetadas de alguma forma pela seca. Somente em maio, 57 cidades decretaram situação de emergência. Os motivos, no entanto, da pouca precipitação nesta época do ano, são a união de fenômenos naturais com a ação do homem na natureza, é o que explica o professor Francisco Aquino, do Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas do Departamento de Geografia da Ufrgs.

Num primeiro momento, a falta de chuvas é ocasionada diretamente por dois fenômenos: os reflexos do La Niña, no Sul, que provoca quedas na precipitação, com uma organização da zona de convergência intertropical, que fez com que a umidade da Amazônia ficasse no Norte e Nordeste, provocando chuvas nestas regiões. "Estes dois fenômenos aumentam a variabilidade climática, ou seja, temos grandes variações de temperatura, e às vezes chove em 12 horas o que deveria chover num mês. O que para a agricultura é um problema, pois não há tempo do solo absorver a água

corretamente", explica Aquino. Em relação à ação do homem, o professor diz que, segundo estudos, a temperatura do RS subiu 0,5 grau centígrado nos últimos 30 anos. "Os invernos, outonos e primaveras estão mais quentes. E isso é consequência do aquecimento global que tem relação direta com a ação do homem na natureza", completa.



Foto: arquivo pessoal

ENTREVISTA

O ecólogo Felipe Amaral, secretário executivo do Instituto Biofilia, Ong que trabalha com educação ambiental, ativismo e formação cidadã, falou ao *João de Barro* sobre as consequências e as alternativas à seca que atinge principalmente os pequenos e médios proprietários e a agricultura familiar no RS.

JB – Quais são as causas da seca?

Felipe Amaral – Tenho muito claro que já são os efeitos do aquecimento global. Neste caso aqui, foi a interrupção do fluxo de correntes com alta concentração de umidade que vem da Amazônia, costeando a Cordilheira dos Andes, passando pelo Gran Chaco do Paraguai e Argentina, desaguando aqui no Pampa Gaúcho. É um sistema muito frágil e que está com sua estabilidade ameaçada pelo desmatamento e uso do solo sem controle.

JB – E o que está sendo feito para conter isto?

Amaral – Na realidade, o governo brasileiro é muito fraco em relação às metas de redução do aquecimento global. Somos uns dos líderes em emissões, não por nossa pujança industrial, o que para alguns mais céticos poderia se justificar, mas somos líderes porque estamos desmatando. Isto é injustificável. E o que se vê são propostas governamentais e da bancada ruralista para ampliar a destruição, liberando mais áreas para os monocultivos, principalmente para o agrocombustível. É isto que está exposto nesta proposta de revisão do Código Florestal: ampliar as áreas de plantio para o agronegócio, reduzindo as exigências legais. As tentativas de fragilizar as leis ambientais fazem parte das políticas públicas, então veja que nem sempre elas podem ajudar.

JB – A irrigação é uma alternativa?

Amaral – Creio que sim, mas em que escala? Em qual propriedade? Com que finalidade? Para quantos produtores? Essas são perguntas

que devem ser colocadas na mesa. A história tem nos mostrado que programas governamentais de irrigação são falhos ou têm interesses privados de poucos grupos. São falhos no momento em que dão recursos para obras físicas, como barramentos, mas não ampliam recursos para estruturas mecânicas, como motores para tomada de água, bombas de irrigação, canos e outros maquinários necessários para fazer a água chegar na lavoura ou nos animais.

JB – Na sua opinião, por que nada é feito antes do problema se instalar?

Amaral – Temos uma carência do Estado no planejamento, as decisões estão atreladas sempre ao Ministério da Fazenda e qualquer ação estatal por parte de outros ministérios deve ter o aval da Fazenda. Além da nossa incapacidade de prever e planejar, a burocracia é um empecilho para que ações a curto prazo tenham os efeitos reparadores necessários. A divisão de atribuições e deveres entre União, estados e municípios está condicionada aos partidos no poder; se o prefeito for do mesmo partido do governador ou da presidência, a coisa toda anda mais fácil.

JB – O Ministério da Agricultura vai prorrogar parcelas de dívidas dos pequenos produtores e disponibilizar novos empréstimos. Isso é uma solução?

Amaral – Isso é um círculo vicioso. Veja que a lavoura foi perdida e a do próximo ano já está comprometida com o banco, com os órgãos de financiamento. É o espiral da dependência e do empobrecimento do produtor. Penso que deve haver um ponto de corte para a anistia, como querem fazer com os desmatadores, através deste Novo Código Florestal, que irá anistiar quem desmatou suas áreas até 2007. O que é uma vergonha. Neste caso, para a seca, a finalidade da anistia é bem mais nobre, pois são pequenos produtores, com uma renda específica anual, portanto a anistia deveria ser direcionada

para determinadas culturas, para um modelo produtivo específico, com um limite de unidade produtiva, de área plantada, ter uma avaliação do módulo familiar, se realmente são pequenos e necessitam.

João de Barro – Qual sua avaliação das ações do governo do Estado em relação ao

combate à seca, visto que uma das promessas de campanha era um projeto de irrigação eficiente?

Amaral – Campanhas políticas são para fazer promessas. Preste atenção nas falas dos nossos agentes partidários; raras exceções, é um monte de palavras num contexto que sempre se encaixa. Chega a ser desesperador para quem conhece os temas abordados a fundo, para quem trabalha na área, ou tem conhecimento de causa. As campanhas políticas não são mais feitas na sede do partido, mas são pensadas, planejadas e executadas na agência de publicidade. Então, prometer uma coisa que é realidade para muitos pode ser que se converta em votos. O Pró-Irrigação RS, que tem o slogan – Programa Estruturante Irrigação é a Solução, diga-se que com uma rima fraca – previa a capacitação de agricultores em manejo de água, construção de cerca de mil cisternas e microaçudes. Hoje existem no RS mais de 33 mil açudes destinados à irrigação, e o projeto prevê o potencial de mais 20 mil. O orçamento anunciado de 10 milhões de reais previa a contrapartida de 20% dos proprietários rurais e mais 40% dos municípios. Penso que é um esforço muito grande estes dois "setores" arcarem com até 60% dos investimentos. Por isso que muitas coisas não saíram do papel, por uma série de motivos, mas certamente este foi decisivo. Logo, um programa ineficiente, tardio, visto que até final de 2008 não havia sequer legislação para regulamentar tal projeto. E diga-se que outros governos também não foram sensíveis e ágeis ao tratar

da questão. A seca já é uma realidade em muitos municípios gaúchos já faz um tempo. É necessário ter uma política pública de irrigação eficiente, com instrumentos que valorizem culturas que têm retorno social e validade econômica, e não incentivar as *commodities*. Para culturas consolidadas, como o arroz, que demanda muita água, e que é uma *commodity*, penso que somente áreas com maior disponibilidade de água poderiam ser beneficiadas, levando em conta sua viabilidade econômica, forçando uma troca gradual para outras culturas. Hoje, segundo os dados da Emater, existem açudes com capacidade para irrigar 10 hectares de soja e 40 mil hectares de milho, que são culturas atreladas ao agronegócio industrial, somente 15 mil hectares de horticultura e 3 mil de fruticultura; estas são culturas com menor impacto ambiental e de paisagem, com retornos econômicos satisfatórios, com a cadeia produtiva mais dinâmica e com independência do produtor. Pretende-se ampliar para 70 mil hectares o milho e 40 mil a soja. E para a horticultura não existe previsão de ampliar o número de hectares irrigado. Então é irrigação para o agronegócio; a produção de alimentos fica renegada. É sempre bom ter cautela com estes projetos que beneficiam setores que comprovadamente geram impactos sociais e ambientais diretos e imediatos, com perdas econômicas a médio e longo prazo. ■